



município de Mondim de Basto

Divisão Administrativa e Financeira



## **5.º Relatório Semestral de Acompanhamento**

### **Plano de Saneamento Financeiro**

2º semestre 2012



## ÍNDICE

I.	Introdução .....	3
II.	Execução do Plano de Contenção de Despesa Corrente.....	4
	Recursos Humanos.....	4
	Aquisição de Bens e Serviços .....	6
	Encargos Financeiros .....	10
III.	Execução de Maximização da Receita .....	12
	Impostos Municipais.....	12
	Taxas e Licenças.....	13
	Venda de Bens e Serviços.....	13
IV.	Conclusão .....	15



## I. Introdução

O presente relatório visa dar cumprimento ao disposto no n.º 4 do Artigo 40º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro: **“Os órgãos executivos, durante o período do empréstimo resultante do saneamento financeiro, ficam obrigados a elaborar relatórios semestrais sobre a execução do plano financeiro e remetê-los, para apreciação, ao órgão deliberativo”**.

Assim, o presente relatório refere-se à execução semestral do período de **1 de julho a 31 de dezembro de 2012** e compreende as medidas de contenção da despesa que tiveram efectiva execução, de acordo com o compromisso assumido no plano de contenção da despesa corrente.

Efectivamente, o plano de saneamento financeiro inclui um plano de contenção de despesa corrente -com especial enfoque nas despesas com pessoal, redução de custos com fornecimentos e serviços externos e racionalização de encargos financeiros- e um plano de maximização da receita.

Metodologicamente, o relatório - sendo semestral - compara os dois segundos semestres de 2011 e 2012 no que concerne a despesa paga e receita arrecadada. Sempre que oportuno e útil à análise, comparam-se valores anuais para um melhor conhecimento da tendência de evolução das várias rubricas de despesa.

## II. Execução do Plano de Contenção de Despesa Corrente

### Recursos Humanos

#### 1. Programa de formação para qualificação dos recursos humanos do Município

Durante do 2.º semestre de 2012 concluiu-se o Plano de Formação apoiado pelo POPH (Programa Operacional Potencial Humano) tendo sido realizadas 17 ações de formação, a que corresponde um total de 508 horas de formação.

O quadro n.º 1 apresenta o programa de formação concretizado no segundo semestre de 2012.

**Quadro 1: Execução Programa de Formação - 2.º semestre de 2012**

<b>Curso</b>	<b>N.º de Ações</b>	<b>N.º de Horas</b>	<b>N.º de Formandos</b>
Património	1	72	15
Aprovisionamento	1	30	9
Execuções Fiscais	1	21	9
Máquinas e Viaturas	1	30	8
Sistema de Abastecimento de Água	1	25	8
Marketing e Comunicação Institucional	1	25	13
Pocal	1	75	9
Novo Modelo de Organização de Serviços Municipais	1	25	12
Novo Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações	1	25	10
Conceção, Gestão e Avaliação de Projetos	1	25	8
Licenciamento Industrial	1	25	10
Regime Jurídico da Urbanização e Edificação	1	25	10
Metodologias e Planeamento de Desenvolvimento Local	2	50	16
Colocação em serviço e circulação obra/estrada-normas	1	25	8
Novo Regime da Contratação Pública	1	30	15
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>508</b>	<b>160</b>

## 2. Colaboradores do Município

No segundo semestre de 2012 diminuiu o número de colaboradores em exercício de funções, comparativamente com o segundo semestre de 2011, passando de 159 existentes em 31 de dezembro de 2011 para 154 em 31 de dezembro de 2012.

O quadro n.º 2 mostra a composição/evolução do quadro de pessoal no final do segundo semestre de 2011 e segundo semestre de 2012.

**Quadro n.º 2 - N.º de colaboradores do Município<sup>1</sup>**

<b>Categorias</b>	<b>31-12-2011</b>	<b>31-12-2012</b>
Dirigentes	6	6
Assistentes Operacionais	99	95
Assistentes Técnicos	26	26
Técnicos Superiores	28	27
<b>Total</b>	<b>159</b>	<b>154</b>

A diminuição verificada justifica-se pelos seguintes factos:

- Três situações de reforma (categoria de assistentes operacional);
- Uma licença sem remuneração (categoria de assistente operacional);
- Cessação de um contrato a termo certo de um técnico superior de geografia.

## 3. Custos com Pessoal

**Quadro n.º 3 – Custos com pessoal**

<b>Descrição</b>	<b>2.º semestre de 2011</b>	<b>2.º semestre de 2012</b>
<b>Custos com Pessoal</b>	<b>1 428 654,44</b>	<b>1 201 476,76</b> (valor pago €)

Os custos com pessoal mantêm uma tendência decrescente. Da comparação do 2.º semestre de 2012 como o semestre homólogo de 2011 resulta uma diminuição de

<sup>1</sup> Não inclui duas pessoas em regime de avença, designadamente um arqueólogo e uma jurista.

16%, fortemente influenciada pelos cortes no subsídio de natal, efetuado no mês de novembro.

#### 4. Horas extraordinárias e ajudas de custo

No período em análise verificou-se o pagamento de horas extraordinárias no serviço de água e saneamento, num valor total de 735,65 € processadas de acordo com despacho superior.

#### **Quadro n.º 4 - Horas extraordinárias e ajudas de custo**

Descrição	2.º semestre de 2011	2.º semestre de 2012
Horas extraordinárias	0,00	731,65
Ajudas de custo	0,00	0,00

(valor pago €)

### **Aquisição de Bens e Serviços**

No que respeita à aquisição de bens e serviços, eis o comportamento das principais rubricas previstas no Plano de Saneamento Financeiro:

#### 1. Despesas com energia<sup>2</sup>

No período em análise e comparativamente com o período homólogo anterior, o valor gasto em electricidade regista um *aumento contabilístico* de 125%.

#### **Quadro n.º 5 – Despesas com energia elétrica**

	2.º semestre 2011	2.º semestre 2012
Energia elétrica	51.727,58	116.193,35

(valor pago €)

No que se refere a esta rubrica de despesa, impõe-se a necessidade do seguinte esclarecimento: até 2011, a despesa de energia elétrica afeta ao Município era contabilizada de forma englobada (energia de edifícios e de equipamentos

<sup>2</sup> Esta rubrica não considera os valores pagos com iluminação pública, uma vez que esta despesa não foi considerada e apreciada em sede de elaboração do Plano de Saneamento Financeiro.

municipais + iluminação pública) sendo que os pagamentos eram processados pelo valor que resultava da diferença entre a despesa total com a EDP e o valor da renda trimestral paga por aquela entidade. Ou seja, a EDP procedia ao acerto trimestral entre o valor da renda e o volume de faturação do período e o Município apenas contabilizava o valor da diferença.

Este procedimento não permite, com efeito, a verificação contabilística do valor real da despesa, pelo que foi corrigido no orçamento de 2012, altura em que se criou uma rubrica de despesa designada “Iluminação pública” -onde são contabilizados apenas os custos com iluminação pública- e uma rubrica de receita designada “Renda de concessão EDP”- onde são contabilizadas as receitas provenientes da renda paga pela EDP.

Assim, a partir de 2012, a contabilização da receita e da despesa é feita pela sua importância integral, cumprindo-se o princípio da não compensação, previsto no ponto 3.1.1 do POCAL.

Pelos motivos apontados, nada se pode concluir dos valores apresentados no quando n.º 5, na medida em que os valores contabilizados não obedecem aos mesmos critérios de contabilização. Assim sendo, só em 2013, poderemos estabelecer comparações fidedignas no que se refere a esta despesa.

Não obstante, poder-se-ão disponibilizar os valores gastos em 2011 com iluminação pública, bem como o valor relativo às rendas obtidas, correspondendo a diferença aos valores que foram abatidos à faturação. Assim:

#### **Quadro n.º 6 – Despesa de Iluminação pública e Rendas EDP/2011**

	Renda	Iluminação Pública	Diferença
1.º Trimestre	59.724,58	36.922,84	22.801,74
2.º Trimestre	59.724,58	37.281,72	22.442,86
3.º Trimestre	59.724,58	18.290,19	41.434,39
4.º Trimestre	59.724,58	47.124,75	12.599,83
Total	238.898,32	139.619,50	99.278,82

(valor pago €)

Conclusão: o valor da diferença apurada - 99 278,82 euros- acresce ao valor da despesa em 2011, pelo que aproxima os dois anos no que concerne aos gastos

com energia afeta ao Município, de acordo com o quadro evidenciado no quadro n.º 7

**Quadro n.º7 – Comparação da Despesa de Iluminação Pública e Rendas EDP  
(2011/2012)**

	Registo contabilístico Rubrica "Encargos com Instalações	Valor da compensação	Total
2011	109.288,41	99.278,82	208.567,23
2012	240.021,70		240.021,70

(valor pago €)

2. Despesas com combustíveis

O valor pago em combustíveis foi muito semelhante ao registado no período homólogo do ano anterior.

**Quadro n.º 8 – Despesas com combustíveis**

	2.º semestre 2011	2.º semestre 2012
Combustíveis	50.148,42	50.735,92

(valor pago €)

3. Despesas com transportes<sup>3</sup>

O valor pago em transportes no 2.º semestre de 2012 foi de 122 729,55 euros. A esta despesa acresce um valor em dívida de 31 907,04 euros, referente ao fornecedor “Automondinense”. Este valor corresponde à dívida superior a 90 dias do Município que, de acordo com o Decreto-Lei n.º 120/2012 de 19 de junho (que altera o artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 38/2008 de 7 de Março) poderá ser regularizada por via da utilização dos montantes retidos em Fundo de Regularização Municipal (FRM).

Para o efeito, encetou-se em 12 de junho o procedimento administrativo junto da DGAL (com vista ao pagamento a efetuar diretamente pela GDAL ao fornecedor) que

<sup>3</sup> A rubrica “Transportes” inclui essencialmente a despesa com transportes escolares (circuitos escolares e pagamento de passes escolares).



viria a efetivar-se em meados de janeiro de 2013. O quadro n.º 9 compara os dois semestres de 2011 e 2012.

#### Quadro n.º 9 – Despesas com combustíveis

Descrição	2.º semestre 2011	2.º semestre 2012
Transportes	134.540,76	122.729,55

(valor pago €)

#### 4. Despesas com comunicações

À exceção das despesas com internet, todas as outras rubricas de comunicações baixaram no período em análise, sendo que a despesa global diminuiu face ao período homólogo em cerca de 32%.

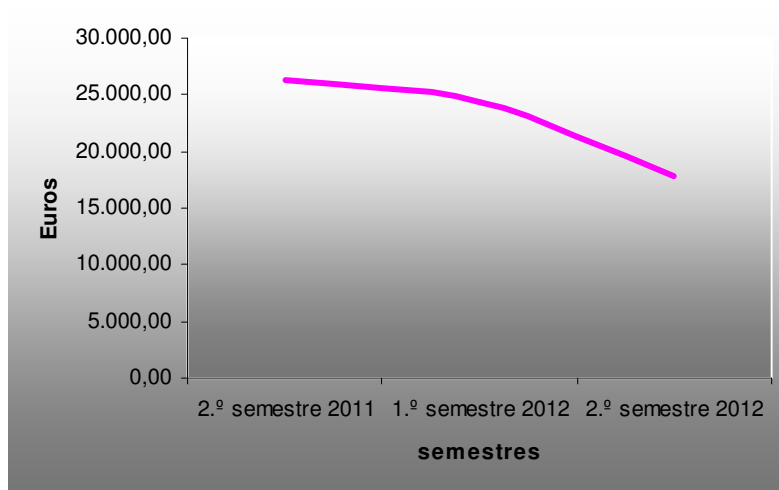
#### Quadro n.º 10 - Despesas com Comunicações

	2.º semestre 2011	2.º semestre 2012
Comunicações fixas PT	6.519,29	5.337,40
Comunicações Moveis	12.685,70	6.559,22
Serviços Postais	5.878,55	3.407,19
Internet	1.145,20	2.535,10
Total	26.228,74	17.838,91

(valor pago €)

O Gráfico n.º 1 evidencia a tendência desde o 2.º semestre de 2011.

### Gráfico n.º 1 - Evolução das despesas com comunicações



#### 5. Despesas com seguros

A despesa global com seguros diminuiu no período considerado.

#### Quadro n.º 10 - Despesas com Seguros

	2.º semestre 2011	2.º semestre 2012
Seguros Pessoal	24.705,92	11.158,93
Seguros edifícios/ equipamentos	17.211,05	24.498,36
<b>Total</b>	<b>41.916,97</b>	<b>35.657,29</b>

(valor pago €)

#### Encargos Financeiros

##### 1. Prazos de pagamento

Em 31 de dezembro, o cenário em termos de calendário da dívida de curto prazo era o seguinte:

- **62% da dívida inferior a 60 dias**, em comparação com 20% em 31 de dezembro de 2011;
- **1% da dívida entre 60 e 90 dias**, em comparação com 12% em 31 de dezembro de 2011;
- **37% da dívida superior a 90 dias**, em comparação com 68% em 31 de dezembro de 2011.

Importa informar o motivo pelo qual o Município registava em 31/12/2012 dívida superior a 90 dias: o Decreto-Lei n.º 120/2012 de 19 de junho estabelece que “o Fundo de Regularização Municipal deve ser utilizado para proceder ao pagamento das dívidas vencidas há mais de 90 dias a fornecedores dos municípios, cujos montantes das transferências orçamentais hajam sido retidos nos termos da lei”.

Uma vez que o Município de Mondim se enquadrava nos termos daquele Decreto-Lei, instruiu-se o processo junto da DGAL, para que aquela entidade procedesse ao pagamento das dívidas superiores a 90 dias diretamente ao fornecedor, tal como o previsto naquele Diploma.

O processo só viria a ser finalizado- pagamento ao fornecedor- em meados de janeiro de 2013, motivo pelo qual o Município regista dívida superior a 90 dias em 31 de dezembro de 2012.

De acordo com os dados oficiais da DGAL disponibilizados para o ano 2012, os prazos médios de pagamento do Município assumiram a seguinte evolução:

- 1.º trimestre: 76 dias;
- 2.º trimestre: 61 dias
- 3.º trimestre: 46 dias

## 2. Dívida de curto prazo

A dívida de curto prazo (fornecedores c/c e fornecedores de imobilizado) em 31 de dezembro de 2012 é de cerca de 230 000 euros. Em sede de prestação de contas apresentar-se-ão os valores definitivos.

### III. Execução de Maximização da Receita

#### Impostos Municipais

##### 1. Impostos Directos

A receita arrecadada de impostos directos verificou-se um aumento de cerca de 15% (22 536,46 euros) comparativamente ao período homólogo, conforme ilustra o quadro e o gráfico seguintes.

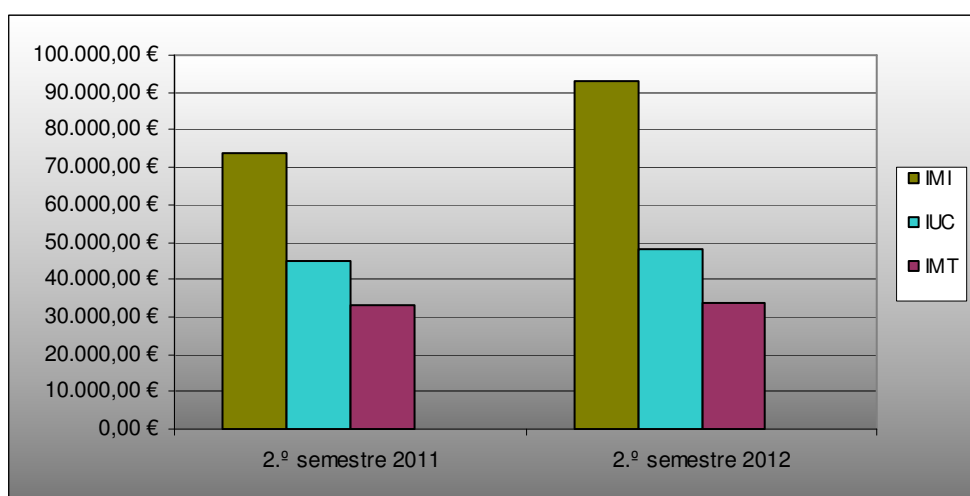
#### Quadro n.º11: Receita proveniente de Impostos Directos

Impostos directos	2.º semestre 2011	2.º semestre 2012
IMI	73.963,98	92.841,66
IUC	44.823,11	48.010,64
IMT	33.271,04	33.742,29
<b>Total</b>	<b>152.058,13</b>	<b>174.594,59</b>

(valor arrecadado €)

Verificou-se um acréscimo em cerca de 26% no Imposto Municipal de Imóveis, 7% no IUC e 1% Imposto Municipal de Transações.

#### Gráfico n.º 2 - Receita - Impostos Directos



## Taxas e Licenças

O valor arrecadado na rubrica “taxas, multas e outras penalidades” aumentou cerca de 12 % face ao período homólogo.

### Quadro n.º12: Receita proveniente d

Descrição	2.º semestre 2011	2.º semestre 2012
Taxas, multas e outras penalidades	57.496,02	64.208,60
		(valor arrecadado €)

## Venda de Bens e Serviços

A receita proveniente da venda de bens e serviços tem apresentado, globalmente, uma tendência crescente. O quadro n.º 13 evidencia a evolução semestral das principais sub-rubricas de venda de bens e serviços.

### Quadro n.º13: Receita proveniente de venda de bens e serviços

<b>Venda de bens e serviços</b>	2.º semestre 2011	2.º semestre 2011	variação
Alimentação Escolar	18.576,36	13.958,39	-25%
Água	46.968,27	35.525,70	-24%
Saneamento	7.040,00	16.401,42	133%
Resíduos Sólidos	40.545,05	50.954,27	26%
Rendas	17.378,17	21.111,82	21%
<b>Total</b>	<b>130.507,85</b>	<b>137.951,60</b>	<b>6%</b>
			(valor arrecadado €)

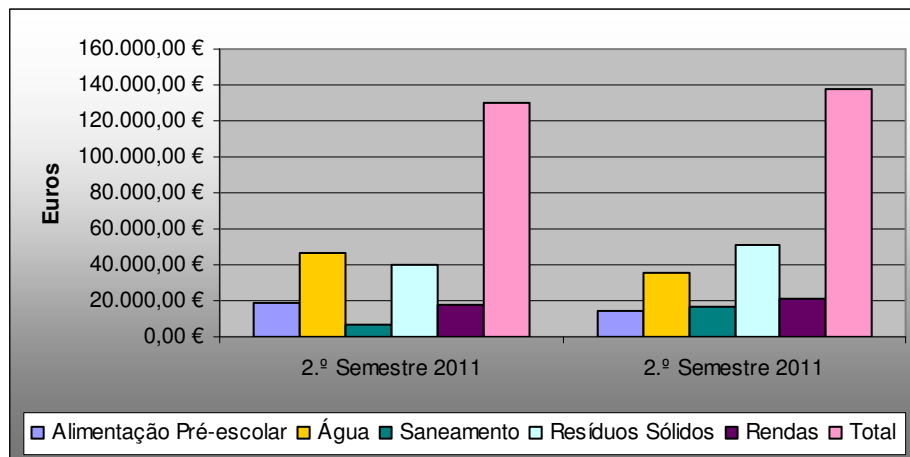
O valor da receita proveniente da alimentação escolar diminuiu face ao período homólogo do ano anterior, tendo associadas questões que se prendem com um menor número de alunos, por um lado; e um maior número de alunos enquadrados no escalão A, por outro.

A receita arrecadada com a venda de água diminuiu, justificada pela dívida dos consumidores registada na contabilidade. As restantes sub-rubricas aumentaram e compensaram as perdas anteriormente verificadas.



O Gráfico n.º 3, mostra a evolução da receita proveniente da venda de bens e serviços, no período em análise

**Gráfico n.º 3: Evolução das receitas provenientes da venda de bens e serviços**



#### **IV. Conclusão**

Da análise efectuada à execução do Plano de Saneamento Financeiro do Município, verifica-se que as acções programadas de minimização da despesa e maximização da receita estão a ser paulatinamente concretizadas, destacando-se os seguintes aspetos (comparando os segundos semestres de 2011 e 2012):

- Diminuição do número de funcionários;
- Diminuição das despesas com pessoal;
- Aumento dos custos com horas extraordinárias no serviço de água;
- Inexistência de ajudas de custo;
- Aumento das despesas com energia elétrica;
- Aumento das despesas com combustíveis;
- Diminuição das despesas com comunicações;
- Diminuição das despesas com seguros;
- Redução do prazo médio de pagamento;
- Diminuição da dívida de curto prazo;
- Aumento geral da receita proveniente dos impostos diretos;
- Aumento da receita proveniente de taxas, multas e outras penalidades;
- Aumento da receita proveniente da venda de bens e serviços;

[municipio.mondimdebasto.pt](http://municipio.mondimdebasto.pt)

